



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, junho/2003

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Daniel sigelmann

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 5, mai. 2003. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-1680

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em maio, o Governo Central apresentou superávit primário de R\$ 3,6 bilhões. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 5,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,8 bilhão e R\$ 25,8 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do Governo Central acumulado no ano atingiu R\$ 28,4 bilhões, valor equivalente a 4,40% do PIB estimado para o período.

O resultado primário do Governo Central em 2003 atinge R\$ 28,4 bilhões até maio, cerca de 4,40% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Abr 2003	Mai 2003	Jan-Mai 2002	Jan-Mai 2003
I. RECEITA TOTAL	32.106,6	29.574,5	128.349,2	148.075,9
I.1. Receitas do Tesouro	26.256,4	23.527,8	101.945,9	118.893,9
I.1.1 Receita Bruta	26.683,9	23.905,9	103.195,8	120.647,4
I.1.2. (-) Restituições	-427,4	-378,0	-1.150,6	-1.753,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.850,2	6.046,7	26.403,2	29.181,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.502,3	6.735,9	24.200,1	27.856,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	27.604,4	22.838,7	104.149,0	120.219,0
IV. DESPESA TOTAL	17.946,6	19.239,7	85.845,6	91.731,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.641,6	5.939,6	28.657,0	30.667,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.371,8	7.825,9	31.751,7	36.775,2
IV.3. Custeio e Capital	4.893,8	5.431,1	25.437,0	24.089,8
IV.3.1. Despesas do FAT	592,0	841,0	2.651,8	2.694,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	127,8	211,5	501,8	738,3
IV.3.3. Outras Despesas	4.174,0	4.378,7	22.283,4	20.656,8
IV.4. Transferência ao Banco Central	39,4	43,1	0,0	199,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	9.657,8	3.599,0	18.303,4	28.487,5
V.1. Tesouro Nacional	11.179,4	5.378,2	23.651,9	36.080,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.521,6	-1.779,2	-5.348,4	-7.593,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-20,7	-25,8	-234,3	-74,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	9.637,1	3.573,2	18.069,1	28.413,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,56%	4,40%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIACIONES
Acumulado: Mai2003/Mai2002**

Receitas	15,4%
Tesouro	16,6%
Previdência	10,5%
Transferências	15,1%
Receita Líquida	15,4%
Despesas	6,9%
Benefícios	15,8%
Pessoal	7,0%
Custeio e Capital	-5,3%

O resultado primário do Governo Central até maio deste ano foi R\$ 10,3 bilhões superior ao obtido em igual período de 2002, tendo receitas e despesas aumentado em termos nominais. A receita líquida cresceu R\$ 16,1 bilhões (15,4%), atingindo o montante de R\$ 120,2 bilhões até maio. As despesas, por sua vez, cresceram R\$ 5,9 bilhões (6,9%), totalizando R\$ 91,7 bilhões. Como proporção do PIB, o aumento do resultado primário no período foi de 0,84 ponto percentual, com redução de receitas e despesas, também como proporção do PIB.

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan-Mai (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	25,3%	23,0%
Transferências	4,8%	4,3%
Receita Líquida	20,6%	18,7%
Despesa Total	17,0%	14,3%
Resultado Primário	3,6%	4,4%

A redução na arrecadação de 2003, em proporção do PIB, decorreu do menor volume de ingressos atípicos e de contestações judiciais.

As receitas do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) foram 1,7 ponto percentual do PIB inferiores à arrecadação dos primeiros cinco meses de 2002. Em parte, essa redução é explicada pela ocorrência de receitas atípicas no início do ano passado, sem equivalência em 2003, tais como as decorrentes do pagamento de tributos em atraso por fundos de pensão, da tributação sobre operação de permuta de títulos públicos de empresa estatal e das receitas de concessão das bandas "D" e "E". Adicionalmente, este ano as receitas da Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) estão abaixo do obtido em 2002 (como proporção do PIB estimado), em virtude de decisões judiciais. O IPI também está sendo negativamente influenciado pela queda das vendas de automóveis no mercado interno e pela redução média de alíquotas, entre outros fatores.

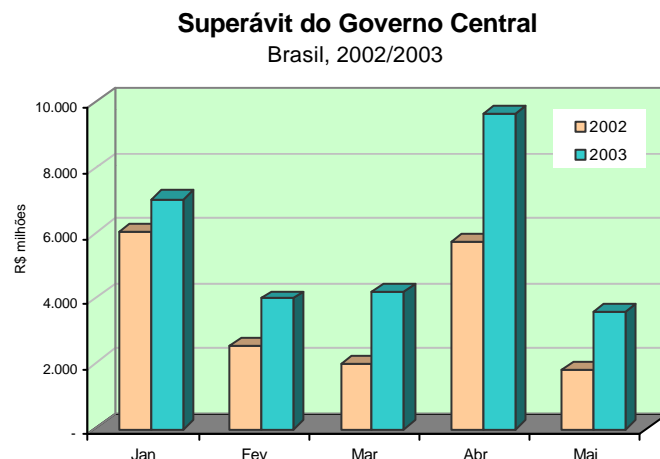
Por outro lado, até maio deste ano, destaca-se o aumento na arrecadação do Imposto de Renda sobre Rendimentos de Capital e do Imposto de Renda sobre Remessas ao Exterior, ainda em decorrência da expressiva depreciação do real ocorrida no primeiro trimestre. Além disso, ocorreu expressiva elevação na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras (compartilhada com estados e municípios), em virtude do aumento da produção interna e do preço do petróleo referenciado em moeda nacional.

As transferências a entes subnacionais caíram cerca de 0,5 ponto percentual do PIB, reflexo da redução das receitas partilhadas (Imposto de Renda e IPI) este ano *vis-à-vis* igual período de 2002.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	20,7%	19,0%
Transferências	4,7%	4,2%
Despesas do Tesouro	10,8%	8,7%
Resultado Primário	5,2%	6,1%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O resultado primário do Governo Central até maio de 2003 está R\$ 10,3 bilhões superior ao obtido em igual período do ano anterior.



As despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 55,0 bilhões no período, tendo crescido 1,6% em relação ao acumulado de janeiro a maio do ano anterior. Os gastos com pessoal e encargos cresceram R\$ 2,0 bilhão (7,0%) em função dos efeitos financeiros dos reajustes concedidos aos servidores da União no

segundo semestre de 2002, e do pagamento de passivos administrativos, precatórios e sentenças judiciais, nos termos da legislação vigente. Ressalte-se que ainda não houve, este ano, a incorporação na folha de pagamento da União do aumento linear de 1% a ser destinado ao funcionalismo público, com efeito financeiro retroativo a janeiro, e do abono de R\$ 59,87, a maio.

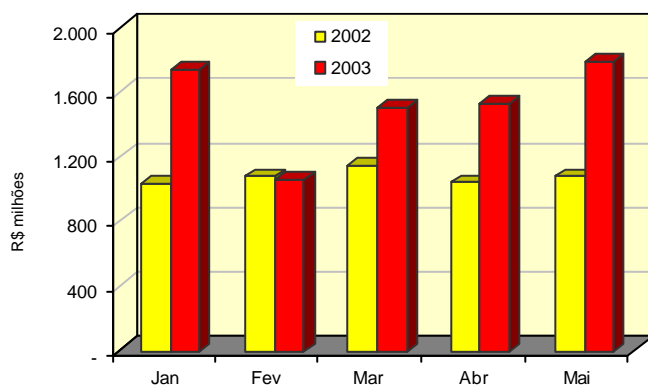
Por sua vez, as despesas de custeio e capital (despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, subsídios e subvenções e as demais) diminuíram R\$ 1,3 bilhão (5,3%) em relação aos primeiros cinco meses do ano passado, em parte devido à não utilização, pelos órgãos gestores, da totalidade dos recursos disponibilizados pelo Tesouro. Não obstante, os ministérios diretamente ligados a ações sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) utilizaram 91,5% de seus limites de pagamento. Por outro lado, o percentual de execução de despesas dos demais Ministérios onde há maior grau de discricionariedade, atingiu 65,5% em igual período.

Por fim, a Previdência Social (Regime Geral da Previdência Social-RGPS) apresentou déficit de R\$ 7,6 bilhões no período, contra R\$ 5,3 bilhões em igual período de 2002. O acréscimo de R\$ 2,2 bilhões (42,0%) este ano pode ser atribuído ao crescimento das despesas com benefícios previdenciários, por um lado, em virtude tanto do aumento do número médio de benefícios pagos (4,4%), quanto do valor médio desses benefícios (12,6%). As contribuições previdenciárias, por sua vez, têm apresentado menor crescimento.

Ainda que as despesas totais de custeio tenham caído, aquelas associadas à saúde, educação e assistência social apresentaram execução próxima aos limites definidos no Decreto de Programação Financeira.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Mai (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Contribuição	26,4	29,2	10,5%
Benefícios	31,8	36,8	15,8%
Resultado Primário	-5,3	-7,6	42,0%

Déficit do Regime Geral da Previdência Social
Brasil, 2002/2003



Até maio de 2003, o déficit do RGPS alcançou 1,18% do PIB, frente a 1,05% em igual período de 2002.

Em maio, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 23,9 bilhões, representando queda de R\$ 2,8 bilhões em relação a abril, explicada, principalmente, pela redução da arrecadação do Imposto de Renda e da cota-parte demais de compensações financeiras, refletindo, em grande parte, a sazonalidade da arrecadação.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A arrecadação do Imposto de Renda em maio apresentou redução de R\$ 795,4 milhões. Cabe destacar que a arrecadação do mês anterior reflete o pagamento da primeira cota ou cota-única do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) relativo à declaração de ajuste do ano calendário 2002. Além disso, houve quatro semanas de fato gerador no mês de maio, contra cinco semanas em abril, reduzindo o recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF (R\$ 601,9 milhões), da CPMF (R\$ 205,8 milhões) e do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF (R\$ 62,5 milhões).

As demais receitas do Tesouro ficaram R\$ 1,7 bilhão abaixo das observadas no mês de abril. Observou-se, por um lado, diminuição de R\$ 1,7 bilhão na arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, em função do recolhimento trimestral, em abril, da parcela referente à participação especial. Por outro lado, o recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de serviços de telecomunicações pela Anatel ocorrido em abril (R\$ 571,8 milhões), sem contrapartida em maio, foi compensado pelo incremento nas receitas de dividendos nesse mês (R\$ 611,4 milhões), com destaque para o pagamento por parte da Petrobras (R\$ 585,5 milhões) e Eletrobras (R\$ 189,4 milhões).

Em maio, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 23,9 bilhões, queda de 10,4% em relação a abril.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

De janeiro a maio de 2003, as receitas brutas do Tesouro Nacional totalizaram 18,7% do PIB, contra 20,3% em igual período do ano anterior. Esse comportamento explica-se, em grande parte, pela arrecadação atípica (R\$ 6,4 bilhões) em igual período de 2002, proveniente do pagamento de débitos em atraso de fundos de pensão, conforme Medida Provisória nº 2.222/2001. Em parte, essa redução foi compensada pelo incremento das receitas do IRRF sobre rendimentos de capital, passando de R\$ 5,7 bilhões, no acumulado dos cinco primeiros meses de 2002, para R\$ 8,4 bilhões em 2003, crescimento esse derivado da elevada arrecadação de operações de *swap* e fundos de renda fixa.

Por outro lado, as receitas com o Imposto de Importação foram de R\$ 3,5 bilhões, contra R\$ 2,8 bilhões em 2002. Esse resultado ocorreu em função da depreciação de 38,5% na taxa média de câmbio do período, mais que compensando a redução 11,3% na alíquota média.

As receitas do IPI apresentaram redução de 1,5% para 1,2% do PIB. Dentre os fatores que contribuíram para essa queda estão a diminuição de alíquotas do IPI-Vinculado à Importação, do IPI-Automóveis e do IPI-Outros nos setores químico e de metalurgia.

As receitas de contribuições totalizaram o equivalente a 8,4% do PIB, representando diminuição de 0,2 ponto percentual em relação a igual período de 2002. Vale destacar a redução das receitas da CIDE-Combustíveis decorrente de

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Impostos	9.6%	8.2%
Imposto de Renda	7.2%	6.2%
IPI	1.5%	1.2%
Outros	0.9%	0.8%
Contribuições	8.6%	8.4%
Cofins	3.8%	3.6%
CPMF	1.6%	1.5%
CSLL	1.0%	1.1%
Cide - Combustíveis	0.6%	0.4%
Outras	1.7%	1.7%
Demais	2.2%	2.1%
Dividendos da União	0.4%	0.3%
Concessões	0.3%	0.0%
Outras	1.5%	1.7%
Total Bruto	20.3%	18.7%

decisões judiciais favoráveis aos contribuintes, em que pese a arrecadação de 2002 referir-se somente a quatro meses ao invés de cinco.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 13,4 bilhões até maio deste ano, contra R\$ 11,2 bilhões em igual período do ano anterior. A arrecadação da cota-parte de compensações financeiras passou de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 5,5 bilhões, como decorrência da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, bem como do aumento da produção petrolífera. Esse aumento mais que compensou a queda de R\$ 1,3 bilhão verificada nas receitas com concessões, que em 2002 refletiam arrecadação decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”.

Os dividendos pagos à União atingiram R\$ 1,9 bilhão, mantendo-se nível semelhante ao ano anterior. Os principais ingressos, nos primeiros cinco meses de 2003, foram provenientes da Petrobras (R\$ 942,3 milhões) e Caixa Econômica Federal (R\$ 296,8 milhões).

De janeiro a maio de 2003, as transferências a estados e municípios perfizeram 4,32% do PIB, representando queda de 0,45 ponto percentual do PIB em relação a igual período de 2002. O principal fator explicativo da diminuição observada foi a já mencionada arrecadação atípica do IRPJ em 2002.

As transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações mantiveram-se em 0,32% do PIB. As demais transferências a Estados e Municípios aumentaram de 0,55% para 0,76%, devido, principalmente, aos repasses dos *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo.

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 11,4 bilhões, contra R\$ 10,6 bilhões de abril. O aumento de R\$ 839,0 milhões em relação ao mês anterior está associado, em grande parte, ao incremento nas despesas de custeio e capital, as quais perfizeram R\$ 5,4 bilhões, no mês, contra R\$ 4,9 bilhões em abril, refletindo um incremento de 11,0% em maio.

Os gastos de pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 5,9 bilhões, contra R\$ 5,6 bilhões em abril. O incremento de R\$ 298,0 milhões é explicado, em parte, pelo fato de o Conselho de Justiça Federal ter realizado pagamentos de precatórios classificados como despesa de pessoal no referido mês, de acordo com sua programação financeira.

As despesas do FAT apresentaram elevação de R\$ 249,0 milhões comparativamente a abril. Tal acréscimo concentrou-se nos gastos com o pagamento do benefício do seguro-desemprego, que atingiu o montante de

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Mai (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2002	2003
Petrobras	1.036.8	942.3
Infraero	36.2	111.9
Correios	124.8	103.6
Banco do Brasil	111.5	163.7
Caixa	-	296.8
BNDES	444.4	-
Eletrobras	-	189.4
Demais	199.3	143.4
Total	1.953.0	1.951.2

Transferências a Estados e Municípios

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 11,4 bilhões, superando em R\$ 839,0 milhões as despesas verificadas no mês anterior, devido, em grande parte, ao incremento na rubrica “custeio e capital”.

R\$ 824,0 milhões em maio, contra R\$ 549,6 milhões no mês anterior. Contribuiu para essa elevação o aumento do salário-mínimo e a concentração das liberações de recursos no último dia de abril, com impacto no caixa de maio.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram acréscimo de R\$ 84,7 milhões, comparativamente a abril. Um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi a despesa relativa às operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que perfaz R\$ 36,7 milhões no mês em análise, contra R\$ 7,7 milhões no mês anterior. Verificou-se, assim, maiores emissões de títulos federais (NTN-I) para o pagamento de contratos entre exportadores e instituições financeiras.

No que se refere à rubrica “outras despesas de custeio e capital”, houve acréscimo de R\$ 204,7 milhões nos desembolsos do período, refletindo a maior execução das despesas das unidades gestoras relativamente ao mês anterior.

No período de janeiro a maio de 2003, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de 2,2 pontos percentuais do PIB, quando comparadas a igual período de 2002. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram o equivalente a 4,75% do PIB, com queda de 0,9 ponto percentual. Por sua vez, as despesas de custeio e capital apresentaram queda de 1,3 ponto percentual em relação a 2002, atingindo 3,68% do PIB.

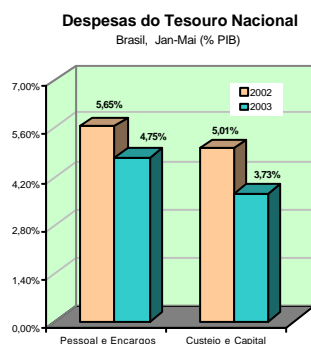
Em termos nominais, verificou-se crescimento de R\$ 2,0 bilhões na despesa com pessoal e encargos sociais, comparativamente a igual período do ano anterior. Tal variação decorre dos reajustes concedidos aos servidores da União, no segundo semestre de 2002, em conformidade com a legislação vigente, como por exemplo: i) instituição de gratificações por desempenho para determinadas carreiras; ii) reestruturação remuneratória de cargos e carreiras; iii) pagamento parcelado de passivos a servidores civis do Poder Executivo, referentes aos índices de 3,17% e adicional de tempo de serviço (anuênios); e iv) pagamento do saldo remanescente dos 28,86% para servidores com idade igual ou superior a oitenta anos, conforme Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 477, de 26/11/2002.

Por outro lado, as demais despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 3,15% do PIB, representando queda de 1,2 ponto percentual, quando comparadas ao mesmo período do ano passado. Em termos nominais, houve decréscimo de R\$ 1,6 bilhão, ainda que sem prejuízo dos gastos na área social. Até maio de 2003, os ministérios diretamente ligados a ações sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) utilizaram 91,5% de seus limites de pagamento, ao passo que o percentual de execução de despesas dos demais Ministérios, em igual período, atingiu 65,5%.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Abr	Mai
Pessoal e Encargos	5.641,6	5.939,6
Custeio e Capital	4.536,6	5.391,3
Despesas do FAT	592,0	841,0
Subsídios e Subvenções	127,8	211,5
Outras	3.816,7	4.338,8
Transferência ao Bacen	39,4	43,1

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Pessoal e Encargos	5,65%	4,75%
Custeio e Capital	5,01%	3,68%
Despesas do FAT	0,52%	0,42%
Subsídios e Subvenções	0,10%	0,11%
Outras	4,39%	3,15%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,03%



Os gastos do Tesouro Nacional com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 370,3 milhões, com acréscimo de R\$ 34,8 milhões. Tal comportamento é justificado, em parte, como decorrência dos gastos com o Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), ambos sem correspondência no mesmo período do ano anterior. No que se refere aos subsídios à agricultura, cabe destacar o recebimento líquido de R\$ 308,9 milhões nas operações do Programa Aquisição do Governo Federal (AGF) nos primeiros cinco meses do ano, influenciadas pelas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas no período, principalmente arroz, milho e algodão.

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central totalizaram R\$ 199,3 milhões de janeiro a maio de 2003, sem correspondência em idêntico período de 2002.

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,8 bilhão em maio, contra R\$ 1,5 bilhão no mês anterior. Esse aumento deveu-se ao incremento de 6,2% nas despesas com benefícios previdenciários, que perfizeram R\$ 7,8 bilhões, frente a R\$ 7,4 bilhões registrados em abril, superando a elevação na arrecadação líquida que passou de R\$ 5,8 bilhões para R\$ 6,0 bilhões. Registra-se que a elevação da despesa com o pagamento de benefícios previdenciários refletiu o reajuste do salário mínimo para R\$ 240,00 a partir de 1º de abril, com impacto no caixa de maio.

A arrecadação líquida atingiu R\$ 29,2 bilhões até maio, representando um acréscimo nominal de 10,5% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 4,52% do PIB até maio de 2003, apresentando queda de 0,7 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Mai (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Agricultura	213,9	182,1
Custeio Agropecuário	80,7	167,1
Investimento Rural	14,3	104,1
Preços Agrícolas	21,9	-294,4
- EGF	0,4	5,3
- AGF	-46,2	-308,9
- Sustentação de preços	67,7	9,2
Pronaf	97,0	140,4
Pesa	0,0	64,7
Cacau	0,0	0,2
Outros	121,6	188,2
Habitação (PSH)	0,0	133,1
Exportação (Proex)	121,6	55,1
Total	335,5	370,3

Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,20%	4,52%
Benefícios	6,26%	5,70%
Resultado Primário	-1,05%	-1,18%

TABELA 2 RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2002-2003				
DISCRIMINAÇÃO	Abr	Mai	Jan-Mai	
	2003	2003	2002	2003
Arrecadação Líquida	5.850,2	6.046,7	26.403,2	29.181,9
Arrecadação Bruta	6.301,0	6.545,7	28.652,5	31.765,5
- Contribuição Previdenciária	5.976,8	6.157,0	26.848,6	29.766,9
- Simples	230,4	249,8	1.053,0	1.247,8
- CDP	0,0	0,0	37,0	0,0
- CFT	1,2	55,6	170,1	142,0
- Depósitos Judiciais	61,8	44,6	325,5	427,8
- Refis	30,8	28,7	161,4	150,0
- Outras Receitas	0,0	9,9	56,9	31,1
(-) Restituição/Devolução	-17,3	-41,7	-118,5	-123,1
(-) Transferências a Terceiros	-433,5	-457,3	-2.130,8	-2.460,5
Benefícios Previdenciários	7.371,8	7.825,9	31.751,7	36.775,2
Resultado Primário	-1.521,6	-1.779,2	-5.348,4	-7.593,3
Resultado Primário/PIB			-1,05%	-1,18%

Benefícios Emitidos	jan/2002- mai/2002	jan/2003- mai/2003	%
Quantidade*	20,3	21,2	4,4%
Valor Médio**	317,0	356,8	12,6%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1.00

Boxe 1 – Reajuste dos benefícios previdenciários

A MP nº 116, de 2 de abril de 2003, alterou o valor do salário mínimo de R\$ 200,00 para R\$ 240,00 a partir de 1º de abril.

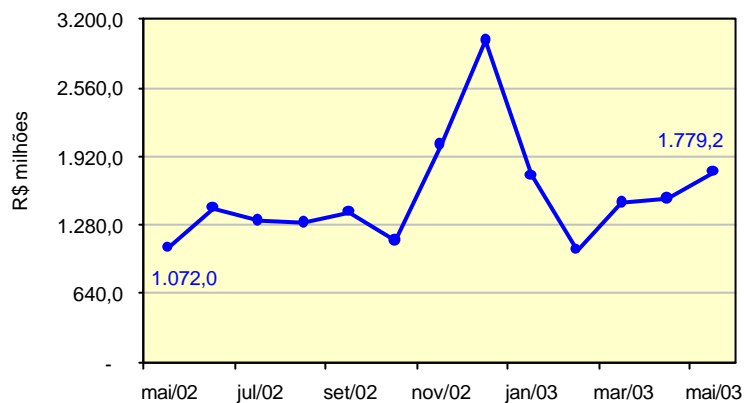
Pelo Decreto n.º 4.709, de 29 de maio de 2003, a Previdência Social reajustou os benefícios com valores superiores ao mínimo em 19,71% a partir de 1º de junho de 2003 e cujo impacto financeiro no caixa se dará a partir de julho.

Através da Portaria nº 727/2003, o MPS reajustou a tabela de contribuição previdenciária: nos salários de contribuição até R\$ 560,81 incidirá alíquota de 7,65%; entre R\$ 560,82 e R\$ 720,00 a alíquota aplicada é de 8,65%; entre R\$ 720,01 e R\$ 934,67 aplica-se alíquota de 9,00%; e nos salários entre R\$ 934,68 e R\$ 1.869,34 será aplicada a alíquota máxima de 11,00%.

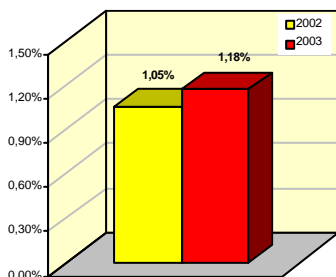
As despesas com benefícios totalizaram R\$ 36,8 bilhões superando em R\$ 5,0 bilhões o montante observado em 2002, quando totalizaram R\$ 31,7 bilhões. Tal acréscimo decorre do aumento de: i) 12,6% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário-mínimo a partir de abril (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 902,1 mil na quantidade média de benefícios pagos este ano quando comparado a igual período do ano anterior.

Considerando as emissões médias dos benefícios no período de janeiro a maio, comparativamente ao mesmo período de 2002, observam-se os seguintes incrementos: i) 365,5 mil (3,2%) nas aposentadorias; ii) 216,4 mil (33,4%) nos auxílios-doença; iii) 147,8 mil (2,8%) nas pensões por morte; iv) 136,9 mil (6,4%) nos benefícios assistenciais; v) 24,5 mil (3,5%) nos benefícios acidentários; vi) 8,3 mil (6,4%) nos salários-maternidade; e vii) 2,5 mil (14,6%) nos demais benefícios.

Déficit da Previdência Social
Brasil, 2002/2003



Déficit da Previdência Social
Brasil, Jan-Mai (R\$ bilhões)



Nos primeiros cinco meses do ano, o RGPS acumulou déficit primário de cerca de R\$ 7,6 bilhões. O resultado acumulado apresentou elevação nominal de 42,0% em relação a idêntico período de 2002. Como proporção do PIB estimado, o resultado situou-se 0,12 ponto percentual acima daquele observado em idêntico período de 2002 (1,18% do PIB e 1,05% do PIB, respectivamente).

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 331,0 bilhões, em maio, equivalentes a 22,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em maio de 2002.

TABELA 3			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2002/2003			
	(R\$ milhões)		
	2002	2003	
	Mai	Abr	Mai
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	138.380	88.276	107.989
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	538.400	604.538	623.512
Dívida Contratual da STN	-305.668	-396.539	-394.845
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-94.351	-119.723	-120.678
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	187.604	212.159	223.006
Dívida Mobiliária em Poder do Público	143.612	161.393	169.782
Títulos Depositados em Garantia	-4.022	-5.407	-5.926
Dívida Contratual	49.004	57.221	60.119
Disponibilidades	-990	-1.047	-969
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	325.984	300.435	330.995
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	26,5%	21,0%	22,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em maio, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 331,0 bilhões.

Em relação a abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou aumento de R\$ 30,6 bilhões, equivalente a 1,7 ponto percentual do PIB. Tal comportamento é explicado pelo incremento da dívida interna líquida (R\$ 19,7 bilhões), concentrado, basicamente, no crescimento da dívida mobiliária, e da dívida externa líquida (R\$ 10,8 bilhões), decorrente da depreciação do real frente ao dólar ocorrida no mês e da emissão soberana de títulos.

O aumento da dívida interna líquida de R\$ 88,3 bilhões, em abril, para R\$ 108,0 bilhões, em maio, deveu-se: i) ao aumento da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 19,0 bilhões, resultantes da emissão líquida de R\$ 6,7 bilhões e da apropriação dos juros, basicamente decorrente dos títulos indexados à taxa Selic; e ii) à pequena diminuição dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações no montante de R\$ 739,3 milhões.

***Dívida Interna
Líquida***

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

	2002		2003
	Mai	Abr	Mai
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	138.380	88.276	107.989
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	538.400	604.538	623.512
LFT	268.388	413.909	421.657
LTN	61.006	12.201	21.490
NTN-C	34.754	53.178	54.257
NTN-D	56.073	36.875	36.331
Demais	95.308	62.882	63.943
Dívida Securitizada	20.665	23.499	23.724
TDA	2.207	1.993	2.110
DÍVIDA CONTRATUAL	-400.019	-516.262	-515.523
<i>Tesouro Nacional</i>	-305.668	-396.539	-394.845
Dívida Bancária	25.414	25.405	25.477
Lei nº 7.976/89	-10.810	-10.897	-10.999
Lei nº 8.727/93	-45.386	-47.215	-47.385
Lei nº 9.496/97	-157.271	-205.358	-206.088
Renegociação Dívida Municipais	-21.033	-29.402	-29.640
Demais Haveres da STN	-96.582	-129.072	-126.209
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-94.351	-119.723	-120.678
FAT	-67.674	-83.511	-84.312
Demais Entidades	-26.677	-36.212	-36.366
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	43,8%	42,3%	42,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,5%	-36,1%	-35,3%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-24,9%	-27,7%	-27,1%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	11,3%	6,2%	7,4%

Em maio, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 108,0 bilhões.

Emissões e Resgates

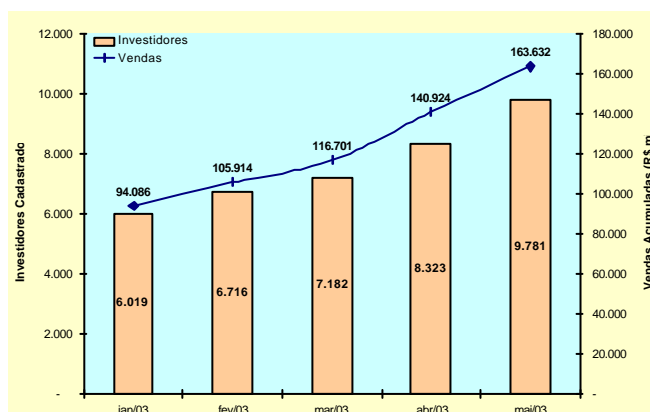
Em maio, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 6,7 bilhões, com emissões no valor de R\$ 40,5 bilhões e resgates totalizando R\$ 33,8 bilhões, sendo a maior parte destes em LFT (R\$ 30,8 bilhões).

Com relação às emissões no mês, R\$ 40,3 bilhões foram realizadas por meio de oferta pública, dos quais: i) R\$ 30,5 bilhões em LFT, com vencimentos em junho e novembro de 2004, março, junho e dezembro de 2005 e março de 2006; ii) R\$ 9,0 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2003 e janeiro e julho de 2004; e iii) R\$ 801,3 milhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2021 e janeiro de 2031.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos em maio, R\$ 20,3 bilhões correspondem à venda direta por meio da internet - Tesouro Direto. Desse montante, 43,9% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN), 32,4% a títulos remunerados a índice de preços (NTN-C) e os 23,7% restantes a títulos remunerados à taxa Selic (LFT).

Cabe ressaltar que a venda de títulos públicos pelo programa Tesouro Direto nos últimos meses tem contribuído para elevar a base de investidores do Tesouro Nacional, tendo como consequência o aumento da capilaridade do mercado de títulos públicos. Esse fato pode ser comprovado pelo crescente número de investidores cadastrados no Programa.



Relativamente ao gerenciamento da DPMFi, destacaram-se, em maio: i) crescente demanda por títulos prefixados - LTN, que possibilitou alongar os prazos de emissão e reduzir as taxas médias aceitas nos leilões; e ii) ampliação do prazo da LFT, com emissão de títulos com prazo de até 34 meses e queda dos deságios exigidos.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 210,3 milhões, destacando-se: i) R\$ 70,0 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); ii) R\$ 56,9 milhões em NTN-C para assunção e renegociação de dívida junto ao Serviço Social das Estradas de Ferro (Sesef); e iii) R\$ 34,1 milhões em NTN-I em favor do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Tesouro Nacional realizou, em abril, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 6,7 bilhões.

**TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER
DO PÚBLICO
BRASIL, Mai/2003**

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	40.263	210	40.473
LFT	30.480	23	30.503
LTN	8.975	0	8.975
NTN-C	808	57	865
NTN-D	0	2	2
TDA	0	19	19
Securitizada**	0	0	0
Demais	0	109	109
II. Resgates***	32.715	1.103	33.818
LFT	30.820	0	30.820
LTN	0	0	0
NTN-C	71	0	71
NTN-D	1.823	0	1.823
TDA	0	17	17
Securitizada**	0	34	34
Demais	0	1.052	1.052
III. Valor líquido (I-II)	7.548	-893	6.656

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta. Destaca-se também que estão incluídas as vendas por meio do Tesouro Direto.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 3 Emissão de NTN - C

Foi realizado nos dias 29 e 30 de abril, com liquidação financeira em 2 de maio, leilão de NTN-C, títulos remunerados a índice de preços (IGP-M), com vencimentos em 2021 e 2031. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 801,3 milhões, sendo R\$ 301,3 milhões (30,6%) relativos aos títulos com vencimento em 2021 e R\$ 500,0 milhões aos vencendo em 2031.

Do valor arrecadado, a maior parte, 79,0%, corresponde a recebimento em dinheiro. Pela troca por títulos de 2021 e 2031 foram aceitas LFT. Para os títulos de 2031 foram também aceitas NTN-C.

Quanto à composição da DPMFi, a principal alteração foi o aumento da participação dos títulos prefixados, destacando-se a significativa emissão líquida de R\$ 9,0 bilhões em LTN. Observou-se também redução na participação dos títulos cambiais e daqueles remunerados pela taxa Selic, devido aos respectivos resgates líquidos de R\$ 1,8 bilhão e R\$ 316,9 milhões. Cabe ressaltar que tais movimentos estão em conformidade com uma das diretrizes da estratégia de financiamento do Tesouro Nacional, divulgada no Plano Anual de Financiamento (PAF), qual seja: "a substituição gradual dos títulos remunerados à taxa Selic e à variação cambial por títulos com rentabilidade prefixada e/ou índice de preços".

Composição

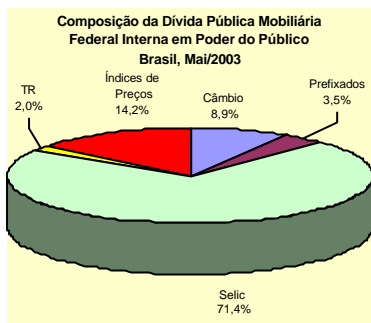


TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2002/2003

Indexador	2002		2003
	Mai	Abr	Mai
Selic	60,63	72,35	71,37
Câmbio	13,61	9,17	8,88
Prefixados	11,47	2,05	3,50
Índices de Preços	11,78	14,40	14,24
TR	2,50	2,03	2,00
Outros	0,01	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público alcançou 24,8% a.a. em maio, devido principalmente à depreciação cambial de 2,6% no mês, refletindo diretamente no aumento do custo da NTN-D (título vinculado à variação cambial).

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 25,5% a.a., em abril, para 22,6% a.a., em maio. Essa queda foi influenciada pela variação negativa do IGP-M (-0,26%) frente uma taxa de 0,92% verificada em abril. O custo médio em maio foi 5,6 pontos percentuais menor que em janeiro.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 22,56% a.a. em maio.

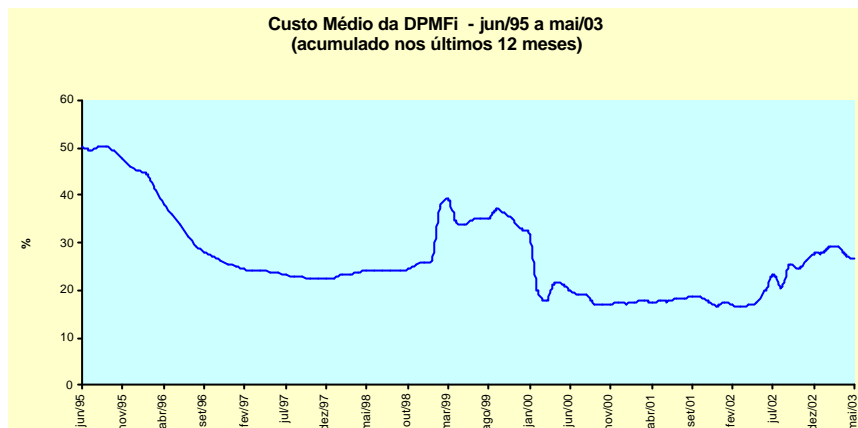
TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2003

Período	(% anual)	
	Total (1)	Total (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	Mai	18,39
	Jun	19,65
	Jul	19,64
	Ago	20,17
	Set	21,01
	Out	24,35
	Nov	31,73
	Dez	29,06
2003	2002	21,00
	Jan	28,13
	Fev	29,11
	Mar	29,74
	Abr	25,53
Mai	22,56	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses foi de 26,7% a.a., contra 27,2% a.a. em abril (vide gráfico abaixo). Menores variações nos índices de preços em maio em comparação aos últimos meses mantiveram a

tendência de queda deste indicador. Visto que o custo mensal é fortemente influenciado por variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos, esta medida (custo médio acumulado em doze meses) reflete melhor o comportamento do custo médio da dívida pública ao longo do tempo.



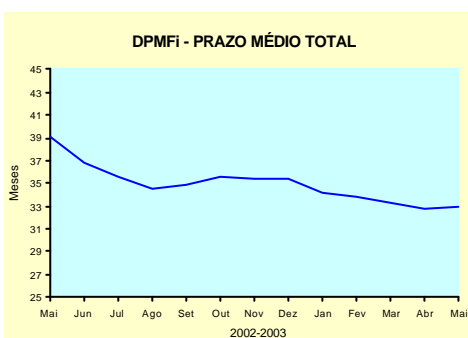
Em maio, o prazo médio da DPMFi em poder do público manteve-se praticamente estável (32,88 meses frente a 32,85 meses em abril). O ligeiro aumento observado resultou do fato de os prazos médios de emissão das LFT, LTN e NTN-C em maio (23,8, 9,2 e 294,1 meses, respectivamente) terem sido superiores aos prazos médios do estoque desses títulos em abril (19,9, 7,4 e 67,2 meses, respectivamente).

Prazo Médio

**TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003**

Período	(meses)			
	Total	Of. Pub. (1)		
2002	Mai	39,16	27,76	
	Jun	36,76	24,00	
	Jul	35,60	22,83	
	Ago	34,57	21,28	
	Set	34,85	21,40	
	Out	35,53	22,43	
	Nov	35,39	22,68	
	Dez	35,32	23,05	
	2003	Jan	34,21	22,09
		Fev	33,91	22,07
		Mar	33,21	21,94
Abr		32,85	22,44	
Mai		32,88	23,01	

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003**

Título	(meses)		
	2002 Mai	2003 Abr	2003 Mai
LTN	4,74	7,43	7,43
LFT	35,04	19,99	20,66
NTN-C	68,12	67,25	67,06
NTN-D	18,21	16,38	16,20
TDA	49,21	52,84	52,95
Dívida Securitizada*	58,02	58,11	57,08
Demais	116,41	117,46	117,93
Total	39,16	32,85	32,88

(*) Inclui dívida agrícola.

O aumento verificado na dívida externa líquida de R\$ 212,2 bilhões, em abril, para R\$ 223,0 bilhões, em maio, deveu-se, principalmente, ao aumento da dívida mobiliária em poder do público, no montante de R\$ 8,4 bilhões, decorrente da emissão soberana de títulos e da depreciação do real frente ao dólar ocorrida no mês.

Dívida Externa Líquida

Boxe 4 – Nova Emissão Externa Soberana

Valendo-se da conjugação da credibilidade conquistada pela política econômica, com o ambiente externo receptivo à emissão dos mercados emergentes, o Tesouro Nacional, por meio do Banco Central, decidiu dar seqüência ao plano de captar US\$ 4 bilhões no mercado internacional ao longo de 2003.

O anúncio da nova emissão ocorreu no dia 10 de junho (liquidação financeira no dia 17 do mesmo mês, portanto com impacto apenas nos indicadores de junho), quando a República captou US\$ 1,25 bilhão em bônus globais com vencimento em 2013. O novo título, foi vendido com 738 pontos-base sobre os títulos do Tesouro americano de prazo equivalente, apresentando juros nominais de 10,25% a.a..

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), em moeda nacional, apresentou aumento de 5,2% em maio, resultado da apreciação do dólar frente ao real ocorrida no mês e da emissão soberana de títulos (Global 2007), ocorrida no início do mês. Em dólares, o saldo devedor cresceu em 2,5% devido principalmente à emissão externa e à apreciação do euro frente ao dólar.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

	(R\$ milhões)		
	2002	2003	
	Mai	Abr	Mai
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	143.612,1	161.393,2	169.781,7
Bônus de Renegociação	47.750,1	52.310,6	53.680,6
Bônus de Captação	95.862,0	109.082,6	116.101,1
II. DÍVIDA CONTRATUAL	49.003,9	57.220,7	60.119,1
Organismos Multilaterais	25.430,2	31.026,2	33.274,5
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.575,4	9.792,4	9.597,2
Clube de Paris	14.998,2	16.402,1	17.247,4
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	192.616,0	218.613,9	229.900,8
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.022,4	-5.407,5	-5.925,6
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-989,7	-1.047,3	-968,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	187.603,8	212.159,1	223.006,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	15,3%	14,8%	15,3%

Os pagamentos da DPFe em maio totalizaram R\$ 919,2 milhões, dos quais R\$ 676,1 milhões referentes a juros e encargos e R\$ 243,8 milhões a principal. Do total despendido no mês, a maior parte referiu-se aos pagamentos de juros e encargos da dívida mobiliária externa (R\$ 580,4 milhões).

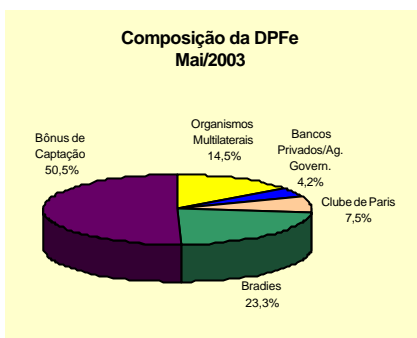
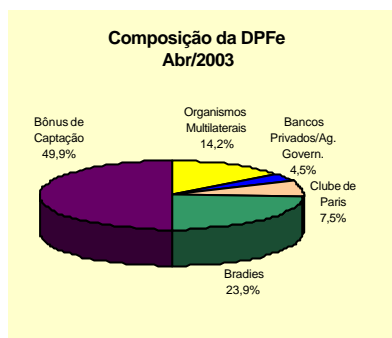
TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Mai/2003

Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	243,2	676,1	919,2
I.1. Organismos Multilaterais	158,3	82,8	241,1
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	84,8	12,9	97,7
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	580,4	580,4

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 919,2 milhões no mês de maio.

Composição

Em maio, não ocorreram alterações significativas na composição da dívida externa, observando-se, contudo, pequeno aumento na participação dos bônus de captação na DPFe, devido à emissão do bônus Global 2007 (50,5% em maio, frente a 49,9% em abril).



O prazo médio da dívida mobiliária externa decresceu de 6,39 anos, em abril, para 6,25 anos em maio. A queda foi impulsionada principalmente pela mencionada emissão de Global 2007, de prazo de emissão inferior (4,1 anos) ao prazo médio da dívida mobiliária externa.

O custo médio, em dólares, decresceu 0,03 ponto percentual de abril para maio. Esta variação ocorreu em virtude da queda na taxa de juros variável aplicada aos *Bradies* que, em termos absolutos, foi superior ao aumento do custo gerado pela nova emissão de Global 2007.

Prazo e Custo Médios

**TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2002/2003**

Título	2002		2003	
	Mai	Abr	Mai	
Prazo Médio (anos)	6,25	6,39	6,25	
Bônus de Renegociação	6,37	6,67	6,58	
Bônus de Captação	6,20	6,26	6,10	
Globais	7,48	7,48	7,55	
Euros	3,34	3,49	3,41	
Demais	2,78	2,46	2,41	
Custo Médio (% a.a.) *	8,59	8,63	8,60	
Bônus de Renegociação	5,15	4,98	4,76	
Bônus de Captação	10,30	10,38	10,37	
Globais	11,16	11,16	11,53	
Euros	10,05	10,28	10,28	
Demais	4,91	5,05	5,08	

* Custo Médio em dólares.

Boxe 5 – Rating Soberano

Em linha com a melhora da visão do mercado em relação à política econômica brasileira, a agência de classificação de risco Fitch elevou no dia 03 junho a perspectiva da dívida soberana do Brasil de "estável" para "positiva".

Tal decisão - que coaduna com a tomada pela Standard & Poor's em abril de elevar a perspectiva da dívida soberana de "negativa" para "estável" - é decorrência, segundo a própria Fitch, dos sinais de possível êxito do governo na construção de políticas econômicas que coloquem as finanças do País em um caminho sustentável.

Este é o primeiro passo para a agência melhorar a classificação de risco brasileira, o que ampliará a possibilidade de redução do custo das emissões externas soberanas brasileiras.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
I. RECEITA TOTAL	24.907,9	22.331,6	27.136,3	24.129,9	29.018,5	29.964,3	26.975,2	33.938,3	32.439,4	27.721,8	26.233,4	32.106,6	29.574,5
I.1. Receitas do Tesouro	19.371,2	17.042,4	21.359,8	18.323,9	23.262,1	23.872,9	21.143,6	23.865,0	26.978,1	21.610,3	20.521,2	26.256,4	23.527,8
I.1.1 Receita Bruta	19.615,9	18.174,1	22.535,1	19.746,4	24.005,6	24.826,4	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.802,3	26.683,9	23.905,9
- Impostos	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2
- Contribuições	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5
- Demais	1.976,4	1.315,8	2.512,3	1.572,6	2.090,6	2.673,8	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.559,8	3.935,8	2.244,2
I.1.2. (-) Restituições	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.536,6	5.289,2	5.776,5	5.806,0	5.756,4	6.091,4	5.831,6	10.073,3	5.461,4	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.343,5	3.676,3	4.245,1	4.183,2	4.413,3	5.273,2	5.406,5	4.742,2	5.704,3	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9
II.1. Transferências Constitucionais	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9
II.3. Demais	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.564,4	18.655,4	22.891,3	19.946,8	24.605,2	24.691,2	21.568,7	29.196,1	26.735,1	21.577,1	21.463,8	27.604,4	22.838,7
IV. DESPESA TOTAL	17.711,1	16.824,6	20.929,5	18.561,8	17.598,2	20.853,1	20.540,4	32.301,8	19.653,0	17.617,7	17.274,6	17.946,6	19.239,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.288,5	5.923,1	7.046,9	5.543,6	5.248,9	5.684,4	6.411,4	8.790,1	7.514,5	5.942,4	5.629,1	5.641,6	5.939,6
IV.1.1. INSS	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4
IV.1.2. Demais	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.059,3	5.649,6	5.328,2	5.345,2	5.650,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.608,6	6.733,9	7.091,5	7.117,2	7.167,1	7.230,0	7.864,5	13.070,8	7.201,3	7.166,6	7.209,7	7.371,8	7.825,9
IV.3. Custeio e Capital	5.814,0	4.167,6	6.791,1	5.901,0	5.182,2	7.938,7	6.264,5	10.440,9	4.936,3	4.434,3	4.394,3	4.893,8	5.431,1
IV.3.1. Despesa do FAT	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	328,8	363,7	592,0	841,0
- Abono e Seguro Desemprego	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	317,6	330,8	549,6	824,0
- Demais Despesas do FAT	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,9	42,4	17,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	116,3	167,1	115,6	127,8	211,5
- Operações Oficiais de Crédito	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8	16,8	101,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	52,9	111,1	110,0
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.535,7	5.646,6	9.514,6	4.250,9	3.938,3	3.915,0	4.174,0	4.378,7
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	74,4	41,5	39,4	43,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.853,3	1.830,7	1.961,8	1.385,0	7.007,0	3.838,1	1.028,3	-3.105,7	7.082,1	3.959,3	4.189,2	9.657,8	3.599,0
V.1. Tesouro Nacional	2.925,3	3.275,4	3.276,7	2.696,1	8.417,8	4.976,7	3.061,3	-108,3	8.822,1	5.014,5	5.686,7	11.179,4	5.378,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6	-1.779,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-43,8	-70,7	-60,0	-77,5	-86,8	-58,2	-48,0	-142,0	-38,0	23,8	-13,6	-20,7	-25,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.809,5	1.760,1	1.901,8	1.307,5	6.920,2	3.779,8	980,4	-3.247,7	7.044,1	3.983,2	4.175,6	9.637,1	3.573,2
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	38,6	21,4	187,8	110,4	-876,3	533,1	580,2	-1.118,4	-325,9	624,0	-722,8	672,8	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.848,0	1.781,5	2.089,6	1.417,9	6.043,9	4.312,9	1.560,5	-4.366,1	6.718,2	4.607,2	3.452,8	10.309,9	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-15.995,2	-23.076,4	-28.470,0	12.383,6	-40.920,9	565,3	-499,5	2.139,2	-11.083,9	-8.783,8	-172,1	12.359,5	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-14.147,2	-21.294,9	-26.380,4	13.801,5	-34.877,0	4.878,2	1.061,1	-2.226,9	-4.365,6	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	27.388,7	22.621,9	25.244,1	27.311,1	27.193,5	33.751,5	30.054,7	37.468,8	26.460,3	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1
I.1 - Recolhimento Bruto	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	790,4	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0
I.5 - Receita do Salário Educação	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,0	2,6	2,4	2,3	2,3	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6
II. DESPESAS	24.156,5	26.686,6	25.320,7	28.930,8	26.459,9	33.935,4	31.130,5	40.427,0	24.794,9	29.763,1	25.487,3	28.900,9	27.878,1
II.1 - Liberações Vinculadas	5.938,3	4.498,2	4.898,4	5.540,3	5.214,3	5.615,6	6.262,4	5.726,0	6.856,8	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2
II.2 - Liberações Ordinárias	18.218,2	22.188,4	20.422,3	23.390,6	21.245,6	28.319,8	24.868,1	34.701,0	17.938,1	22.791,4	19.785,3	23.340,3	20.086,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.258,7	7.457,7	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,4	5.711,2	5.710,0	6.274,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0
i) Dívida Contratual Interna	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9
ii) Dívida Contratual Externa	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.922,7	4.567,2	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.011,1	3.836,7	3.871,3	3.934,3	4.443,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	3.232,2	-4.064,7	-76,6	-1.619,7	733,6	-184,0	-1.075,8	-2.958,2	1.665,4	815,8	2.540,9	19,8	6.157,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	11.892,7	7.044,0	25.584,9	9.433,4	4.149,4	11.012,4	35.037,7	36.723,8	16.269,0	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.971,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	527,8	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	896,4
V. DESPESAS	5.855,9	18.295,1	10.345,3	10.869,9	14.717,5	31.814,5	34.760,9	24.406,4	8.056,9	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5
V.2.1 - Dívida Interna	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8
V.2.2 - Dívida Externa	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	6.767,2	-9.969,4	14.855,9	-2.397,2	-10.358,6	-17.742,6	579,5	13.789,9	8.245,6	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	5.679,1	8.687,0	3.163,4	4.970,2	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	14.948,1	-6.628,8	18.326,4	1.914,0	-5.607,2	-16.113,8	-4.391,1	-2.709,9	8.519,9	1.758,3	8.277,6	33.270,9	14.965,0

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.117,9	9.811,3	10.946,5	8.850,3	21.133,5	13.264,3	12.123,0	1.359,2	12.234,7	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2
I.1. Emissão de Títulos	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	189,0	341,8	105,1	204,7	322,3	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	438,8	1.124,2	7.783,2	3.880,1	16.906,2	8.392,0	15.715,1	13.428,5	13.592,4	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8
II.1. Resgate de Títulos	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0
II.2. Encargos da DPMF	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8
III. RESULTADO (I - II)	5.679,1	8.687,0	3.163,4	4.970,2	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	37,8	15,8	61,8	3,2	14,5
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. TOTAL	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8	16,8	101,5

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
I. DÍVIDA INTERNA	138.380,4	135.041,9	141.710,8	122.081,9	111.107,0	92.672,8	87.865,5	69.689,6	70.006,9	73.778,2	86.301,7	88.276,0	107.989,0
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	538.399,8	544.610,9	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6
Dívida Bancária	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0
INSS	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2
Lei 7.976/89	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4
Bônus Renegociação	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6
Lei 8.727/93	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6
Lei 9.496/97	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4
Recebíveis das Estatais	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.085,6	-29.779,9	-30.009,1
Outros	-30.173,2	-30.505,9	-37.194,9	-37.548,9	-38.043,9	-38.429,7	-38.843,4	-40.341,5	-42.236,1	-42.401,2	-42.842,1	-43.176,2	-42.789,8
Fat	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9
Demais Entidades	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.365,8
Créditos das Operações Oficiais	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6
Arrecadação a Recolher	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-5.054,8
II. DÍVIDA EXTERNA	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4
Dívida Mobiliária	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7
Títulos Depositados em Garantias	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6
Dívida Contratual	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1
Disponibilidades	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	325.984,3	347.807,3	398.619,3	347.601,0	398.921,1	360.583,8	357.993,7	332.378,5	332.661,0	338.316,2	335.000,1	300.435,1	330.995,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	26,5%	28,0%	31,7%	27,4%	31,2%	27,9%	27,4%	25,2%	24,7%	24,6%	23,9%	21,0%	22,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	47.750,1	53.853,7	64.912,6	57.221,9	73.682,7	67.564,3	67.329,2	65.418,4	65.279,6	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6
Brazil Investment Bond (BIB)	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3
Par Bond (PB)	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6
Discount Bond (DB)	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9
Debt Conversion Bond (DCB)	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6
New Money Bond (NMB)	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8
Eligible Interest (EI)	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	95.862,0	109.937,1	129.566,6	114.383,5	147.215,0	137.774,0	137.526,9	135.249,3	135.707,2	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1
Bônus Marco Alemão 2007	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9
Bônus Parallel Franco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6
Bônus Eurolira	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2
Bônus Eurosterling 2007	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5
Bônus Euro 2003	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7
Bônus Global 2008	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0
Bônus Global 2004	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8
Bônus Euro 2002	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4
Bônus Global 2009	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2
Bônus Euro 2006	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2
Bônus Global 2020	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6
Bônus Euro 2010	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1
Bônus Global 2030	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0
Bônus Samurai 2003	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3
Bônus Euro 2005	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5
Bônus Global 2007	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.414,0
Bônus Global 2040	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5
Bônus Euro 2007	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1
Bônus Samurai 2006	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4
Bônus Global 2006	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4
Bônus Euro 2011	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8
Bônus Global 2024	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0
Bônus Samurai 2007	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5
Bônus Global 2005	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6
Bônus Global 2012	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0
Euro Bond 2009	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4
Bônus Global 2010	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6
III. DÍVIDA CONTRATUAL	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8
V. TOTAL (I+II+III+IV)	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	15,3%	17,1%	20,5%	17,8%	22,5%	20,8%	20,7%	19,9%	19,5%	19,2%	17,8%	14,8%	15,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	746.927,5	760.458,8	806.298,3	799.952,0	831.903,3	821.160,9	832.223,7	840.972,1	872.999,6	888.560,4	898.891,6	899.117,2	923.238,8
I. Dívida em Mercado	538.399,8	544.610,9	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6
Dívida Securitizada	20.624,4	20.608,8	20.704,7	21.359,4	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4
Certificados de Privatização	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2
TDA	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1
LTN	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8
LFT	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9
LFT-A	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9
LFT-B	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8
NTN-A	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7
NTN-B	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9
NTN-C	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5
NTN-D	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0
NTN-H	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5
NTN-I	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2
NTN-P	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0
CFT-A	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5
CFT-D	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6
Demais	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6
II. Dívida com BACEN	208.527,7	215.847,8	230.321,7	245.471,9	264.017,0	266.121,4	269.510,7	283.766,7	297.980,2	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2
LTN	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6
LFT	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1
LFT-A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8
Demais	1.599,9	1.610,0	1.696,4	5.494,1	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8
Dívida em Mercado/PIB	43,8%	43,8%	45,9%	43,8%	44,4%	43,0%	43,1%	42,2%	42,7%	42,5%	42,9%	42,3%	42,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mai/2002	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2003
I. INTERNA	-94.351,2	-95.200,3	-98.067,7	-99.480,4	-101.364,7	-103.516,1	-109.023,6	-110.307,8	-115.124,5	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.677,7
Dívida contratual	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4
FAT	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9
Aplicações financeiras	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7
Fundos Regionais	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.932,8
Demais	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7
II. EXTERNA	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8
Disponibilidades	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-95.340,9	-96.204,9	-99.137,6	-100.662,9	-102.491,1	-104.619,5	-110.272,1	-111.398,8	-116.234,7	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.646,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,8%	-7,7%	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-8,1%	-8,4%	-8,4%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,4%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os Fundos de Participação tiveram comportamento excelente no mês de maio de 2003, com um histórico crescimento de 40,3% em relação ao mês anterior. O montante distribuído a título de FPM/FPE atingiu R\$ 4.858,4 milhões, sendo R\$ 2.484,4 para os municípios (FPM) e R\$ 2.374,0 milhões para os Estados e Distrito Federal (FPE).

Os repasses efetuados no período de janeiro a maio de 2003, quando comparados ao mesmo período do ano de 2002, apresentam crescimento nominal de 5,97%.

Porém, confirmando o alerta desta Secretaria, os valores dos repasses nos meses de junho, julho e agosto certamente serão inferiores aos ocorridos no mês de maio, em razão do início do processo de devolução das restituições do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, no mês de junho/2003.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/03 ABR/03	MAI/03 MAI/02	JAN A MAI/03 JAN A MAI/02
2002	2.052,5	1.790,9	9.718,3	-	-	-
2003	2.484,4	1.771,3	10.297,9	+40,3%	+21,0 %	+6,0 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/03 ABR/03	MAI/03 MAI/02	JAN A MAI/03 JAN A MAI/02
2002	1.961,3	1.711,3	9.286,4	-	-	-
2003	2.374,0	1.692,6	9.840,2	+40,3%	+21,0%	+6,0%

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

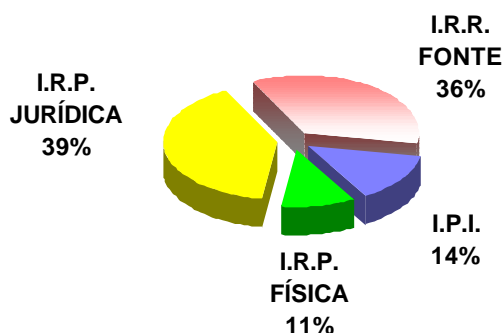
De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **maio** foram efetuados nas seguintes datas: **09/05, 20/05 e 30/05**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
ABR	+24,0 %	+40,3 %	+24,0 %	+40,3 %	+1,0 %	-22,6 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **maio** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

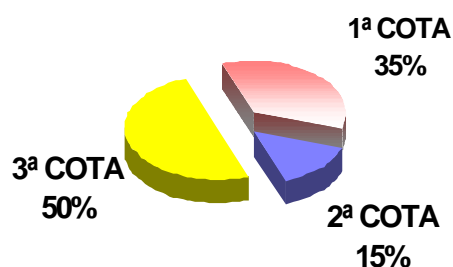
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



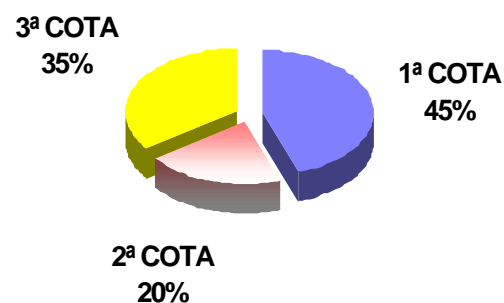
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de abril a 20 de maio, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Abr	362,5	5.892,9	6.255,4						
MAI/2003	1.401,6	8.150,9	9.552,5	MAI/2003	11.042,0	2.017,9	2.111,8	108,4	747,9
1º Dec./Mai	625,0	2.754,6	3.379,6	3º Dec./Abr.	6.255,4	1.143,2	1.196,4	30,8	418,3
2º Dec./Mai	287,5	1.119,4	1.406,9	1º Dec./Mai.	3.379,6	617,6	646,4	53,1	232,4
3º Dec./Mai	489,0	4.277,0	4.766,0	2º Dec./Mai.	1.406,9	257,1	269,1	24,4	97,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	11.605,50	69.033,02	8,17	14.268,08
AL	50.098,69	83.947,46	267,70	24.037,61
AM	29.526,47	56.308,02	3.724,10	16.206,51
AP	7.985,30	68.851,40	11,96	13.723,68
BA	191.300,61	189.607,73	5.642,82	75.650,14
CE	110.395,20	148.052,72	1.365,17	46.499,10
DF	4.526,41	13.927,68	3,26	3.580,19
ES	37.378,06	30.268,79	4.177,82	14.375,61
GO	77.522,09	57.371,46	941,12	24.503,24
MA	85.086,96	145.657,44	996,16	50.074,20
MG	275.186,46	89.888,21	12.370,63	71.755,51
MS	32.113,01	26.878,68	801,62	11.044,27
MT	40.159,35	46.571,56	790,20	16.219,12
PA	76.297,58	123.335,22	4.667,56	41.990,15
PB	68.149,51	96.636,13	387,05	29.262,80
PE	107.540,92	139.240,46	727,42	41.772,32
PI	52.325,75	87.202,36	72,71	25.847,29
PR	143.030,30	58.180,65	12.075,44	41.660,77
RJ	62.353,88	30.827,75	8.402,17	20.266,15
RN	52.276,11	84.306,65	391,75	24.316,43
RO	19.064,12	56.816,53	136,72	13.514,31
RR	10.061,30	50.058,52	12,11	10.626,77
RS	142.970,15	47.517,96	17.583,93	40.689,77
SC	82.438,59	25.825,33	11.091,29	22.495,27
SE	32.238,63	83.850,60	54,33	20.595,84
SP	280.901,43	20.179,19	21.676,67	68.391,36
TO	32.145,96	87.577,69	3,47	21.159,71
TOTAL	2.114.678,37	2.017.919,22	108.383,35	804.526,21

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Jun/Mai	Jul/Jun	Ago/Jul
FPM	-32,0 %	-2,0 %	-1,0 %
FPE	-32,0 %	-2,0 %	-1,0 %
IPI-EXP	+16,0 %	+6,0 %	+10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Ago/2002	24/09/02	Jan a Dez/2002	27/01/03
Set/2002	28/10/02	Jan/2003	20/02/03
Out/2002	26/11/02	Fev/2003	25/03/03
Nov/2002	19/12/02	Mar/2003	28/04/03
Dez/2002	27/01/03	Abr/2003	27/05/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no mês de maio de 2003 apresentaram crescimento da ordem de 6 %, mesmo com uma redução na arrecadação do ICMS (-5,3%) e do IPI-Exportação (-22,6%) .

O que impactou positivamente as transferências para o Fundo foi o excelente comportamento dos Fundos de Participação, que tiveram crescimento histórico de 40,3 %.

Origens	R\$ Mil				
	abril	Partic.	maio	Partic.	Abr/Mai
FPM	263.658,5	12,9%	369.763,9	17,0%	40,3%
FPE	253.884,1	12,4%	356.103,4	16,4%	40,3%
IPI-EXP	24.720,2	1,2%	19.126,5	0,9%	-22,6%
LC 87/96	39.782,7	1,9%	39.782,7	1,8%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	19.749,8	1,0%	19.749,8	0,9%	-
ICMS	1.440.284,2	70,5%	1.364.457,9	62,9%	-5,3%
Total	2.042.079,4	100%	2.168.984,1	100%	6,2%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116/3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

REGIÃO NORTE - OS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS EM ARRECADAÇÃO FUNDEF E VALORES PER CAPITA

Apresentamos abaixo, no Quadro I, os dez maiores municípios da Região Norte, exceto as capitais, classificados em arrecadação de FUNDEF a nível nacional, em valores absolutos. O primeiro município em arrecadação é Santarém, no Estado do Pará.

No Quadro II, apresentamos a classificação em arrecadação per capita dos municípios por Estado, excluindo as Capitais. A maior arrecadação per capita pertence ao Estado de Roraima, em que pese o montante de sua arrecadação ser a menor de todos os Estados da Região Norte.

No boletim do mês de julho, referente às transferências do mês junho, estaremos apresentando o comportamento do FUNDEF na região Sudeste.

QUADRO I MUNICÍPIOS COM MAIORES VALORES FUNDEF JANEIRO A MAIO 2003			R\$
MUNICÍPIOS	UF	VALORES	
SANTAREM	PA	9.952.688,79	
MARABA	PA	9.683.492,06	
CAMETA	PA	6.387.546,58	
ITAITUBA	PA	6.076.097,95	
BREVES	PA	5.432.414,18	
ABAETETUBA	PA	4.353.968,68	
TUCURUI	PA	4.135.880,91	
ANANINDEUA	PA	4.115.982,14	
PARAGOMINAS	PA	3.984.387,32	
REDENCAO	PA	3.780.467,47	

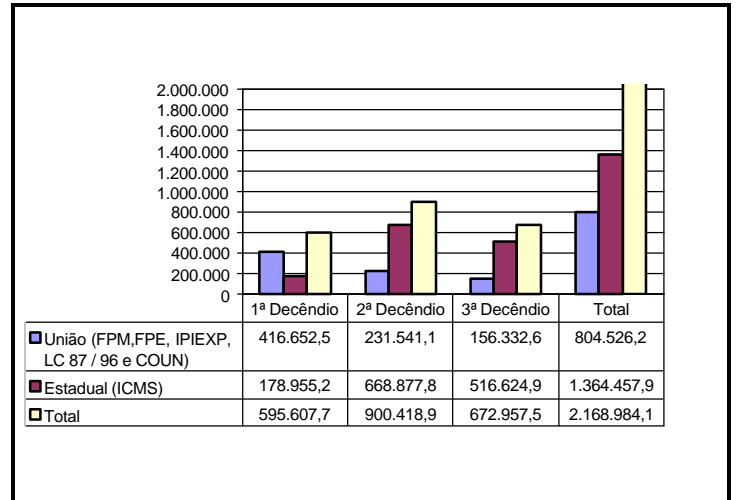
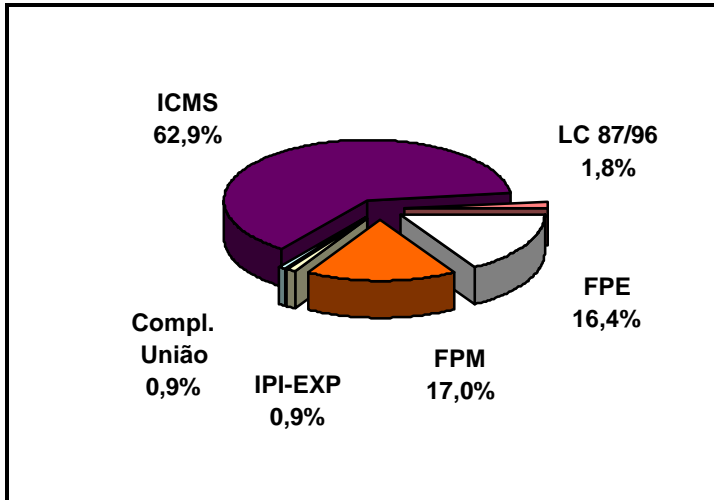
Fonte : SIAFI

QUADRO II ESTADOS COM VALORES FUNDEF - PER CAPITA JANEIRO A MAIO 2003			R\$
ESTADO	VALORES	PER CAPITA	
ACRE	20.665.080,58	501,28	
AMAZONAS	62.830.537,01	291,58	
AMAPÁ	8.232.998,09	524,89	
PARÁ	228.233.636,46	207,63	
RONDÔNIA	40.608.286,48	337,12	
RORAIMA	3.623.457,29	707,56	
TOCANTINS	42.123.536,53	403,72	

Fonte : SIAFI/FUNDEF

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MAIO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	12.182	2.048	1	0	36	2.924	17.192	120,8	505,9
AL	674.791	14.814	8.841	47	0	335	9.098	33.136	49,1	219,7
AM	698.347	9.937	5.211	657	0	402	25.847	42.053	60,2	296,4
AP	122.638	12.150	1.409	2	0	162	570	14.294	116,6	531,0
BA	3.440.155	33.460	33.759	996	5.953	1.483	68.687	144.337	42,0	197,6
CE	1.666.055	26.127	19.481	241	0	650	32.022	78.521	47,1	222,9
DF(2)	304.072	2.458	799	1	0	323	0	3.580	11,8	49,8
ES	517.896	5.342	6.596	737	0	1.701	29.325	43.701	84,4	400,4
GO	992.400	10.124	13.680	166	0	532	45.838	70.341	70,9	318,0
MA	1.529.025	25.704	15.015	176	8.509	670	13.141	63.215	41,3	184,1
MG	3.308.674	15.863	48.562	2.183	0	5.148	133.148	204.903	61,9	308,3
MS	447.658	4.743	5.667	141	0	493	19.751	30.795	68,8	329,9
MT	567.420	8.219	7.087	139	0	774	26.546	42.765	75,4	344,5
PA	1.559.147	21.765	13.464	824	4.196	1.741	25.068	67.058	43,0	209,3
PB	794.932	17.053	12.026	68	0	115	15.349	44.612	56,1	234,2
PE	1.577.542	24.572	16.534	128	0	538	34.218	75.990	48,2	223,7
PI	730.910	15.389	9.234	13	1.092	120	6.998	32.845	44,9	200,1
PR	1.573.023	10.267	25.241	2.131	0	4.022	73.533	115.194	73,2	386,9
RJ	2.011.227	5.440	11.004	1.483	0	2.340	139.562	159.828	79,5	406,7
RN	567.686	14.878	9.225	69	0	144	13.148	37.464	66,0	302,2
RO	299.607	10.026	3.364	24	0	99	9.029	22.544	75,2	339,0
RR	74.129	8.834	1.776	2	0	15	1.685	12.312	166,1	721,6
RS	1.579.414	8.386	25.195	3.103	0	4.006	100.079	140.769	89,1	469,7
SC	887.879	4.557	14.548	1.957	0	1.433	57.413	79.908	90,0	447,8
SE	389.133	14.797	5.689	10	0	100	8.617	29.213	75,1	334,8
SP	5.244.645	3.561	48.635	3.825	0	12.370	466.864	535.256	102,1	515,4
TO	279.768	15.455	5.673	1	0	31	5.997	27.157	97,1	408,6
Total	31.980.507	356.103	369.764	19.126	19.750	39.783	1.364.458	2.168.984	67,8	330,8

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.